

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sábado, domingo e segunda-feira, 3, 4 e 5 de julho de 2021 • Nº 1102 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier
O futuro da educação

PÁGINA 4

ASTRAZENECA

Milhares de tomaram vacina vencida contra Covid

Pelo menos 26 mil doses vencidas da vacina AstraZeneca foram aplicadas em diversos postos de saúde do país, o que compromete sua proteção contra a Covid-19. Os dados constam de registros oficiais do Ministério da Saúde e foram tabulados pelo jornal Folha de S.Paulo. Até o dia 19 de junho, os imunizantes com o prazo de validade expirado haviam sido utilizados em 1.532 municípios brasileiros. A campeã no uso de vacinas vencidas é Maringá, reduto eleitoral de Ricardo Barros (PP), líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados. A cidade paranaense vacinou 3.536 pessoas com o produto da AstraZeneca fora da validade (primeira dose em todos os casos). **PÁGINA 3**

PREVARICAÇÃO

PGR manda abrir inquérito para investigar Bolsonaro

Após pressão da ministra Rosa Weber, a PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para apurar o suposto crime do presidente Bolsonaro por prevaricação no caso da compra das vacinas Covaxin. A suspeita sobre a compra de vacinas veio à tona em torno da compra da vacina indiana Covaxin, quando

o jornal Folha de S.Paulo revelou no último dia 18 o teor do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao MPF, que relatou pressão "atípica" para liberar a importação da Covaxin. Com a abertura do inquérito, caso venha a ser autorizado, Bolsonaro passa a ser investigado perante a corte pelo caso da Covaxin. **PÁGINA 3**

IBGE


IBGE

Produção industrial sobe 1,4% após três meses de baixas

Após três meses consecutivos de baixas, a produção industrial brasileira voltou a crescer no país. Em maio, avançou 1,4% na comparação com abril. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o resultado nesta sexta-feira. Com o desempenho, o setor retoma o patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Esse nível havia sido perdido no último mês de abril. Em relação a maio de 2020, a produção industrial teve alta de 24%. André Macedo (foto), gerente da pesquisa do IBGE, afirmou que a alta de 1,4% em maio pode ser associada a uma combinação de fatores. Entre eles, estão a base ainda fragilizada de comparação, a retomada do auxílio emergencial e o menor nível de restrições a atividades econômicas. **PÁGINA 2**

IGNORANDO PRAZOS

Senadores e STF desconfiam de boicote de Pacheco à CPI



ABRASIL

A ministra do STF Rosa Weber (foto) voltou a cobrar que a CPI da Covid se manifeste em 48 horas sobre o pedido de quebra de sigilo do empresário José Alves Filho, da Vitamedic. Rosa enviou ofício ao senador Omar Aziz, que preside a CPI. A farmacêutica produz Ivermectina, medicamento sem eficácia usado no tratamento da Covid-19. Senadores da CPI desconfiam que a advocacia do Senado está protelando responder os despachos e que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), estaria boicotando os trabalhos da CPI. **PÁGINA 3**

JUNHO

Emplacamento de veículos cai, mas cresce 38,95% no semestre



FENABRAVE

O número de emplacamentos de veículos em junho chegou a 309.560 unidades, o que representa uma queda de -3,03% na comparação com o mês anterior, quando foram emplacados 319.244 automóveis. "Apesar da ligeira retração de junho sobre maio, o mercado consolidou sua trajetória de recuperação no primeiro semestre. A queda de junho sobre maio ocorreu por causa da escassez de produtos nas concessionárias em função da falta de componentes na indústria", analisou o presidente da entidade, Alarico Assumpção Jr. (foto). **PÁGINA 2**

INDICADORES

| IBOVESPA: 1,56% / 127.621,65 / 1.955,66 / Volume: 26.752.698.841 / Quantidade: 3.365.945 | | | | Bolsas no mundo | | Salário mínimo | R\$ 1.100,00 | IGP-M | 0,60% (jun.) | EURO turismo | |
|--|-------|--------|-------|-------------------|--------|-----------------|--------------|-------------------|----------------------------|---------------|------------------|
| Maiores Altas | | | | Maiores Baixas | | Mais Negociadas | | Fechamento | | % | |
| Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Preço | % | Oscil. | Dow Jones | 34.786,35 | +0,44 |
| BTGP BANCO UNT EB N2 | 31,46 | +4,34 | +1,31 | SUZANO S.A. ON NM | 59,20 | -1,87 | -1,13 | VALE ON ED NM | 113,58 | +2,07 | +2,30 |
| MAGAZ LUIZA ON NM | 21,64 | +4,59 | +0,95 | ECORODOVIAS ON NM | 11,66 | -1,52 | -0,18 | PETROBRAS BRON NM | 29,39 | +2,76 | +0,79 |
| ULTRAPAR ON ES NM | 18,95 | +4,24 | +0,77 | CCR SA ON NM | 13,42 | -0,81 | -0,11 | PETROBRAS PN N2 | 29,18 | +0,41 | +0,12 |
| SID NACIONALON | 45,07 | +3,78 | +1,64 | MARFRIG ON NM | 19,26 | -0,98 | -0,19 | BRADESCO PN EI N1 | 26,00 | +2,39 | +0,61 |
| TOTVS ON NM | 37,89 | +3,92 | +1,43 | BRF SA ON NM | 26,86 | -0,67 | -0,18 | B3 ON EDJ NM | 16,42 | +0,61 | +0,10 |
| | | | | | | | | | NASDAQ Composite | 14.639,325 | +0,81 |
| | | | | | | | | | Euro STOXX 50 | 4.081,06 | +0,08 |
| | | | | | | | | | CAC 40 | 6.552,86 | -0,01 |
| | | | | | | | | | FTSE 100 | 7.123,27 | -0,03 |
| | | | | | | | | | DAX | 15.650,09 | +0,30 |
| | | | | | | | | | Salário mínimo | R\$ 1.100,00 | |
| | | | | | | | | | Ufir | R\$ 3,7053 | |
| | | | | | | | | | Taxa Selic (16/06) | 4,25% | |
| | | | | | | | | | Poupança 3 (3/7) | 0,20% | |
| | | | | | | | | | TR (prefixada) (29/8/2017) | 0,0098 | |
| | | | | | | | | | IPCA | 0,83% (mai.) | |
| | | | | | | | | | CDI | 0,02 | até o dia 1º jul |
| | | | | | | | | | OURO | R\$ 285,50 | |
| | | | | | | | | | BM&F/grama | | |
| | | | | | | | | | EURO Comercial | | |
| | | | | | | | | | Compra: 5,9955 | Venda: 5,9962 | |
| | | | | | | | | | EURO turismo | | |
| | | | | | | | | | Compra: 6,0541 | Venda: 6,2341 | |
| | | | | | | | | | DÓLAR Ptax - BC | | |
| | | | | | | | | | Compra: 5,0287 | Venda: 5,0293 | |
| | | | | | | | | | DÓLAR comercial | | |
| | | | | | | | | | Compra: 5,0531 | Venda: 5,0537 | |
| | | | | | | | | | DÓLAR turismo | | |
| | | | | | | | | | Compra: 5,0609 | Venda: 5,2409 | |

DocuSigned by:

Acionista

6BF767B5695F4B6...

DS

 AUTENTICIDADE GARANTIDA
 ao fazer o download em nosso site
 www.diariodoacionista.com.br

Economia**MERCADOS**

Dólar tem maior alta semanal desde março; Bovespa sobe 0,3%

Com dados sobre o mercado de trabalho nos Estados Unidos melhores do que o esperado, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se recuperou de três pregões de queda e subiu 1,56% nesta sexta-feira, a 127.621 pontos. Na semana, o índice acumulou ganhos de 0,3%.

Já o dólar teve leve alta de 0,17%, a R\$ 5,054. Na semana a moeda acumulou valorização de 2,4%, a maior alta semanal desde março.

Em Nova York, o S&P 500 renovou máximas históricas após o relatório de empregos de junho dos Estados Unidos mostrar níveis robustos de contratação, mas fraquezas ainda persistentes no mercado de trabalho.

A folha de pagamento não agrícola dos EUA mostrou criação de 850 mil vagas de trabalho em junho.

Após a oferta de ações da BR Distribuidora pela Petrobras, que foi precificada na última quarta-feira e cujos papéis passaram a ser negociados nesta sexta, a distribuidora fechou em alta de 2,76%. O follow-on (oferta subsequente de ações) movimentou R\$ 11,36 bilhões.

Petrobras subiu 0,41%.

Já o BTG Pactual fechou em alta de 4,34%, após concluir a venda de sua participação de 49% na Credpago para a Loft, estimando ganho de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão com o negócio. No setor, Bradesco avançou 2,39% e Itaú Unibanco subiu 1,08%.

Vale ganhou 2,07%, diante de alta dos futuros do minério de ferro na China.

Ultrapar valorizou-se 4,24%, em sessão de recuperação, após fechar na véspera na mínima desde o começo de março.

Magazine Luiza avançou 4,59%, reagindo após duas sessões consecutivas de queda, quando acumulou declínio de 4,5%. No setor, B2W subiu 1,79% e Via Varejo fechou com acréscimo de 0,91%.

Tegma, que não está no Ibovespa, disparou 12,9%, segunda maior alta do Small Caps, após a JSL anunciar proposta de aquisição pela rival. A transação em dinheiro e ações inclui o pagamento de R\$ 989 milhões aos acionistas da Tegma, bem como 49,4 milhões de novas ações da JSL, que avançou 5,97%.

Nota**MAPA DA INADIMPLÊNCIA APONTA MAIS DE 62 MILHÕES DE ENDIVIDADOS**

Cerca de 62,56 milhões de brasileiros estavam endividados no mês de maio, mostra o Mapa da Inadimplência no Brasil, divulgado pela Serasa. O número é 0,7% menor do que o verificado em abril, quando o indicador estava em 62,98 milhões. O valor médio da dívida por pessoa, no entanto, é o maior dos últimos 12 meses, e está em R\$ 3.937,38, alta de 1,3% em relação ao mês anterior. O valor médio de cada conta em atraso é de R\$ 1.162,43. O maior volume de dívidas está na categoria bancos/cartão, representando 29,7% dos mais de R\$ 211 milhões de débitos. Em seguida, estão as contas com luz, água e gás, com 22,3%. As compras no varejo representam 13% das dívidas dos brasileiros. Em números absolutos, São Paulo lidera o número de negativados, com mais de 15 milhões, mais que o dobro do estado segundo colocado. Rio de Janeiro tem 6,15 milhões e Minas Gerais, 5,9 milhões. Bahia (3,92 milhões) e Paraná (3,27 milhões) aparecem entre os cinco mais inadimplentes.

FAZENDA CARÁIVA S.A.

NIRE: 33.3.0028269-6 - CNPJ/ME: 08.497.104/0001-65

CAPITAL FECHADO

Edital de Convocação Para Assembleia Geral Extraordinária. Ficam os senhores acionistas da Companhia convocados, na forma do Estatuto Social da Companhia, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), em primeira convocação em 12.07.2021, às 10:00 horas, e em não se realizando por falta de quórum, em segunda convocação em 19.07.2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 28º andar (parte), para (i) Deliberar pela re-ratificação da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 23/04/2021 no tocante à eleição dos membros do Conselho de Administração e ratificação das demais deliberações tomadas na referida Assembleia; (ii) Homologar o novo capital social da Companhia efetivamente subscrito e integralizado em decorrência do aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 23/04/2021, com a consequente alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) Deliberar sobre o aumento de capital social da Companhia, no valor de até R\$ 19.385.489,64 (dezenove milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), mediante a emissão de até 986 (novecentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 19.660,74 (dezenove mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos) por ação ordinária, fixado com base no §1º, inciso I do artigo 170 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista o patrimônio líquido ajustado a valor de mercado da Companhia, o qual poderá ser subscrito pelos acionistas no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da comunicação aos acionistas para exercício do direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, sendo certo que as subscrições deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e que será permitida a subscrição de eventuais sobras não subscritas pelos acionistas da Companhia pelos acionistas que indicarem no boletim de subscrição a intenção de subscrever eventuais sobras não subscritas, o que deve ocorrer em até 7 (sete) dias findo o período de direito de preferência de subscrição pelos acionistas. O aumento do capital social ora proposto tem por objetivo suprir a Companhia com recursos necessários para esta honrar com obrigação decorrente de empréstimo tomado pela Companhia que se encontra vencido. Em razão da pandemia causada pelo Covid-19 (coronavírus) e a recomendação da Organização Mundial de Saúde – OMS para que seja evitada qualquer forma de aglomeração, a Companhia oferecerá a opção de participação virtual na Assembleia ora convocada, através do sistema Zoom, pelo qual os acionistas poderão ver e serem vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, o acionista interessado em participar da Assembleia desta forma deve entrar em contato com a Companhia, através do e-mail info.fazendacaraiwa@gmail.com, para obter as orientações técnicas. Os acionistas que desejarem ser representados por procurador deverão depositar os respectivos instrumentos de mandato na sede social Companhia, até 02 dias úteis antecedentes à data de realização da Assembleia Geral, sendo que o acionista residente e domiciliado no exterior que for representado por mandatário deverá comprovar a observância do disposto no artigo 119 da Lei 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis. Rio de Janeiro, 01 de julho de 2021. Maria Amalia Delfim de Melo Coutrim – Presidente do Conselho de Administração.

IBGE

Produção industrial avança 1,4% após 3 meses de baixas

LEONARDO VIECELI/FOLHAPRESS

Após três meses consecutivos de baixas, a produção industrial brasileira voltou a crescer no país. Em maio, avançou 1,4% na comparação com abril. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgou o resultado nesta sexta-feira.

Com o desempenho, o setor retoma o patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020. Esse nível havia sido perdido no último mês de abril.

Em relação a maio de 2020, a produção industrial teve alta de 24%. No quinto mês do ano passado, as fábricas sofriram com as primeiras perdas geradas pela

crise sanitária.

Os resultados vieram em patamar um pouco abaixo do esperado pelo mercado. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam elevação de 1,5% no indicador ante abril, além de crescimento de 24,9% frente a maio de 2020.

Nesta sexta-feira, o IBGE também informou que a produção industrial acumulou alta de 4,9% em 12 meses até maio. Em 2021, o indicador registra avanço de 13,1%.

André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, afirmou que a alta de 1,4% em maio pode ser associada a uma combinação de fatores. Entre eles, estão a base ainda fragilizada de compara-

ção, a retomada do auxílio emergencial e o menor nível de restrições a atividades econômicas.

"A combinação de fatores explica o fato de termos em maio um comportamento diferente. A grande questão é saber se isso vai permanecer ou não", pontuou Macedo.

O gerente da pesquisa também ponderou que, mesmo com a retomada do patamar pré-pandemia, a produção está 16,7% abaixo do nível recorde da série histórica, registrado em maio de 2011.

Dos 26 ramos industriais pesquisados, 15 tiveram altas em maio frente a abril. Produtos alimentícios (2,9%), coque, derivados do petróleo e biocombustí-

veis (3%) e indústrias extrativas (2%) puxaram a alta no mês, conforme o IBGE.

Macedo sublinhou que os resultados precisam ser analisados com cautela, porque a base de comparação enfraquecida ainda pesa na pesquisa. Além disso, existem ameaças no cenário macroeconômico, completou.

Outro alento vem da confiança de empresários, que deu sinais de melhora ao final do primeiro semestre. Em junho, o Icei (Índice de Confiança do Empresário Industrial) subiu em 29 dos 30 segmentos pesquisados pela CNI (Confederação Nacional da Indústria). Foi o segundo mês consecutivo de avanço disseminado nas fábricas.

JUNHO

Emplacamento de veículos cai, mas cresce 38,95% no semestre

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O número de emplacamentos de veículos em junho chegou a 309.560 unidades, o que representa uma queda de -3,03% na comparação com o mês anterior, quando foram emplacados 319.244 automóveis. Na comparação com os emplacamentos de junho do ano passado, houve aumento de 59,31%, já que naquele período foram vendidos 194.307 veículos.

O balanço - divulgado ontem pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve) - mostra ainda que, no acumulado dos seis primeiros meses do ano, foram emplacadas 1.702.887 unidades. Na comparação com o mesmo período de 2020, quando foram emplacadas 1.225.542 unidades, houve um crescimento de 38,95%.

Para fazer a análise, a Fenabreve considera os automóveis, comerciais leves, caminhões,

ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros para fazer a contagem.

"Apesar da ligeira retração de junho sobre maio, o mercado consolidou sua trajetória de recuperação no primeiro semestre. A queda de junho sobre maio ocorreu por causa da escassez de produtos nas concessionárias em função da falta de componentes na indústria, que ainda não conseguiu retomar sua produção normal. Como re-

sultado tivemos resultado na maioria dos segmentos", analisou o presidente da entidade, Alarico Assumpção Júnior.

EXPECTATIVAS

Segundo a Fenabreve, a previsão revisada para 2021 é de crescimento de 13,6% para as vendas no setor, atingindo 3.455.080 unidades emplacadas. O percentual estimado em janeiro era de 16,6% e foi ajustado para se adequar ao quadro

NOVA LEI

Bolsonaro sanciona projeto contra superendividamento do consumidor

DANIEL CARVALHO/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro sancionou uma lei para prevenir o superendividamento do consumidor. O texto foi publicado na edição desta sexta-feira do "Diário Oficial da União".

A lei define superendividamento como "a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas,

sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação".

Essas dívidas incluem operações de crédito, compras a prazo e serviços de prestação continuada.

As regras não se aplicam ao consumidor cujas dívidas tenham sido contraídas mediante fraude ou má-fé, sejam oriundas de contratos celebrados com o propósito de não realizar o pagamento ou decorram da

aquisição ou contratação de produtos e serviços de luxo de alto valor.

Ao fornecer crédito ou vender a prazo, o fornecedor ou intermediário deverá informar, no momento da oferta, o custo efetivo total, a taxa efetiva mensal de juros, bem como a taxa dos juros de mora e o total de encargos previstos para o atraso no pagamento, o montante das prestações e o prazo de validade da oferta, que deve ser, no míni-

mo, de dois dias, o nome e o endereço, inclusive o eletrônico, do fornecedor, bem como o direito do consumidor à liquidação antecipada e não onerosa do débito.

O custo efetivo total da operação de crédito ao consumidor consistirá em taxa percentual anual e compreenderá todos os valores cobrados do consumidor, sem prejuízo do cálculo padronizado pela autoridade reguladora do sistema financeiro.

PRONAMPE

Caixa oferece R\$ 6,3 bi em novas operações de crédito para micro e pequenas empresas

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

A partir desta sexta-feira, micro e pequenas empresas têm à disposição R\$ 6,3 bilhões em crédito pelo Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). O dinheiro será emprestado pela Caixa Econômica Federal, que teve a ampliação do orçamento para a linha de crédito autorizada pelo Fundo Garantidor de Ope-

rações (FGO).

O FGO é o fundo que cobre eventuais inadimplências nos contratos do Pronampe e reduz o risco das operações para os bancos, permitindo que as instituições financeiras ampliem os empréstimos.

Banco que lidera a concessão de créditos no Pronampe, a Caixa emprestou, desde o ano passado, R\$ 15,6 bilhões. Inicialmente criado no ano passado para socorrer negócios de pe-


queno porte afetados pela pandemia, o programa tornou-se permanente neste ano, com o objetivo de consolidar as empresas de menor porte como agentes de sustentação, de transformação e de desenvolvimento da economia nacional.

RECEITA BRUTA

Só podem contrair empréstimos no Pronampe microempresas com receita bruta de até R\$ 360 mil ou pequenas empresas

com receita bruta de até R\$ 4,8 milhões em 2020. As operações têm 48 meses (quatro anos), com 11 meses de carência (pausa para o pagamento da primeira prestação) e financiamento em 37 parcelas.

Os juros equivalem à taxa Selic (juros básicos da economia) mais 6% ao ano. Atualmente, a Selic está em 3,5% ao ano. Cada empresa poderá pegar até R\$ 150 mil em crédito, somadas as operações já contratadas.

| | | | | |
|---|--|---|--|--|
| Diário do Acionista www.diariodoacionista.com.br | | Administração - Redação | |  ACESSE NOSSO SITE |
| Administração, redação e departamento comercial | | CESAR FIGUEIREDO - Diretor FELIPE SOARES - Diretor | | |
| Rio de Janeiro | | PAULO DETTMANN - Editor Chefe HAROLDO PAULINO - Diagramação | | |
| São Paulo | | redacaodiariodoacionista@gmail.com | | |
| Av. Presidente Vargas, 962, sala 908 Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002 Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro 99539-3634-Vivo | | Rua Olímpias, 205 - 4º andar Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000 Tel.: (11) 2655-1899 | | ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS |
| PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br | | REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com | | |
| SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil | | | | |

PREVARICAÇÃO

PGR abre inquérito para investigar Bolsonaro

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

Após pressão da ministra Rosa Weber, a PGR (Procuradoria-Geral da República) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) a abertura de inquérito para apurar o suposto crime do presidente Jair Bolsonaro por prevaricação no caso da compra das vacinas Covaxin.

A suspeita sobre a compra de vacinas veio à tona em torno da compra da vacina indiana Covaxin, quando o jornal Folha de S.Paulo revelou no último dia 18 o teor do depoimento sigiloso do servidor do Ministério da Saúde Luis Ricardo Miranda ao Ministério Público Federal, que relatou pressão "atípica" para liberar a importação da Covaxin.

Com a abertura do inquérito, caso venha a ser autorizado pelo Supremo, Bolsonaro passa a ser investigado oficialmente perante a corte pelo caso da Covaxin. Geralmente, nesse tipo de procedimento, a Polícia Federal e a PGR têm de pedir autorização do STF para realizar medidas investigativas.

Depois de finalizar a investigação, a PF produz um relatório, e a Procuradoria decide se denuncia os envolvidos ou se pede o arquivamento do inquérito.

Quando é caso de denúncia, a Câmara precisa autorizar, com o voto de dois terços dos deputados, o STF a julgar a acusação.

Se a Casa der o aval, o Supremo precisa definir se aceita a denúncia e torna o investigado réu. Caso siga essa linha, é aberta uma ação penal que, ao final, pode resultar ou não em condenação.

Inicialmente, a Procuradoria havia pedido para aguardar o fim da CPI da Covid para se manifestar sobre a necessidade ou não de investigar a atuação do chefe do Executivo neste caso. Rosa Weber, que é relatora do caso, porém, rejeitou a solicitação e mandou a PGR se manifestar novamente sobre o caso.

Em uma decisão com duras críticas à PGR, a magistrada afir-

mau que a Constituição não prevê que o Ministério Público deve esperar os trabalhos de comissão parlamentar de inquérito para apurar eventuais delitos.

"Não há no texto constitucional ou na legislação de regência qualquer disposição prevendo a suspensão temporária de procedimentos investigatórios correlatos ao objeto da CPI", disse.

Segundo a ministra, "no desenho das atribuições do Ministério Público, não se vislumbra o papel de espectador das ações dos Poderes da República".

A PGR, então, recuou e pediu nesta sexta-feira a abertura de inquérito contra Bolsonaro.

A Procuradoria solicitou a Rosa Weber que seja autorizada a buscar informações junto à Controladoria-Geral da União, ao Tribunal de Contas da União, à Procuradoria da República no Distrito Federal e à CPI da Covid sobre as negociações relativas à Covaxin.

A PGR também pediu o aval para a PF "produzir provas, inclusive através de testemunhas" para identificar se houve de fato prevaricação do chefe do Executivo.

A PGR também requer que a PF seja autorizada a colher o depoimento do chefe do Executivo e dos autores da denúncia de irregularidades, o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) e seu irmão, Luis Ricardo Miranda.

A manifestação é assinada pelo vice-procurador-geral da República, Humberto Jacques.

Jacques afirmou que é necessário esclarecer se Bolsonaro se omitiu sobre as denúncias de irregularidades que chegaram até ele e se o presidente agiu de maneira intencional com "o intuito de satisfazer interesse ou sentimento pessoal".

"A despeito da dúvida acerca da titularidade do dever descrito pelo tipo penal do crime de prevaricação e da ausência de indícios que possam preencher o respectivo elemento subjetivo específico, isto é, a satisfação de interesses ou sentimentos próprios dos apontados autores do fato, cumpre que

se esclareça o que foi feito após o referido encontro em termos de adoção de providências", disse Jacques.

A Procuradoria pediu que seja estabelecido um prazo de 90 dias para adotar as providências a fim de concluir se houve ou não prevaricação de Bolsonaro. Agora, Rosa deve decidir se atende ao pedido e determina a instauração do inquérito ou não.

Além deste caso, a Procuradoria da República no Distrito Federal também investiga as supostas irregularidades nas negociações.

Bolsonaro já é alvo de outro inquérito em curso no Supremo, que apura a veracidade das acusações do ex-ministro Sergio Moro de que o presidente tentou violar a autonomia da Polícia Federal.

A investigação, porém, está travada desde setembro do ano passado devido a um impasse em relação ao depoimento a ser prestado pelo chefe do Executivo. O presidente pediu ao STF para que possa prestar o depoimento por escrito, mas o plenário da corte ainda não definiu se ele tem essa prerrogativa ou se deve depor presencialmente.

Desde que o jornal Folha de S.Paulo revelou o teor do depoimento do servidor Luis Ricardo Miranda, o caso virou prioridade da CPI no Senado. A comissão suspeita do contrato para a aquisição da Covaxin por ter sido fechado em tempo recorde, em um momento em que o imunizante ainda não tinha tido todos os dados divulgados, e prever o maior valor por dose, em torno de R\$ 80 (ou US\$ 15 a dose).

Meses antes, o ministério já tinha negado propostas de vacinas mais baratas do que a Covaxin e já aprovadas em outros países, como a Pfizer (que custava US\$ 10).

A crise chegou ao Palácio do Planalto após o deputado Miranda relatar que o presidente havia sido alertado por eles em março sobre as irregularidades. Bolsonaro teria respondido, segundo o parlamentar, que iria acionar a Polícia Federal para que abrisse

uma investigação.

A CPI da Covid, no entanto, averiguou e constatou que não houve solicitações nesse sentido para a PF. Desde a revelação do caso, o governo mudou sua versão mais de uma vez.

A última versão é que Bolsonaro teria comunicado as suspeitas ao então ministro Eduardo Pazuello e que ele teria repassado ao então secretário-executivo do Ministério da Saúde Elcio Franco, que não teria encontrado irregularidades.

Entretanto, praticamente três meses depois da data em que os irmãos Miranda teriam alertado o presidente sobre possíveis irregularidades, o Ministério da Saúde decidiu suspender o contrato com a Precisa Medicamentos para obter 20 milhões de doses da Covaxin.

Além disso, ao se manifestar sobre o assunto, Bolsonaro primeiro disse que a Polícia Federal iria abrir inquérito para apurar as suspeitas e depois afirmou que não tem "como saber o que acontece nos ministérios".

No dia 30 de junho, a PF instaurou um inquérito para investigar a compra da vacina Covaxin pelo governo. No mesmo dia, também o MPF (Ministério Público Federal) abriu um procedimento investigatório criminal, conhecido internamente pela sigla PIC, para apurar as suspeitas de crime no contrato de compra.

A partir do caso Covaxin, a Folha de S.Paulo chegou a outro caso de suspeitas de irregularidades, envolvendo a empresa Davati Medical Supply. A reportagem localizou Luiz Paulo Domingueti Pereira, que se apresentou vendedor da empresa.

Em entrevista à Folha de S.Paulo na última terça-feira, ele disse que então diretor de Logística do Ministério da Saúde, Roberto Ferreira Dias, cobrou a propina de US\$ 1 por dose de vacina para fechar contrato. As acusações foram repetidas em depoimento à CPI da Covid na quinta-feira (1º). Dias foi exonerado do cargo nesta semana.

PERIFERIA

Professores de escolas com mais alunos negros ganham menos

ANGELA PINHO/FOLHAPRESS

Professores de escolas municipais de São Paulo ganham menos em áreas mais pobres e com mais alunos pretos, pardos e indígenas, mostra estudo realizado em parceria entre a Fundação Tide Setubal e a Transparência Brasil.

O trabalho analisou os pagamentos mensais de 2019 aos educadores da rede e os cruzou com três indicadores dos colégios da prefeitura onde eles lecionam: localização, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) e proporção de alunos pretos, pardos e indígenas.

Medido pela Fundação Seade, o IPVS leva em conta fatores como renda, saúde e escolaridade, entre outros. Na cidade de São Paulo ele varia entre 1, no Jardim Paulista (o melhor), e 3,9, em Lajeado, no extremo leste (o pior). O estudo mostra que, a cada ponto do IPVS, o valor médio da hora do professor cai R\$ 4.

Para uma jornada de 30 horas semanais, a predominante na rede municipal, essa diferença resulta em um salário R\$ 480 menor para uma diferença de um ponto no IPVS e de R\$ 960 para uma variação de dois pontos.

Ao se olhar a proporção de pretos pardos e indígenas, a diferença no valor por hora vai para R\$ 0,29 a cada percentual a mais de estudantes desses grupos na escola. Isso significa que, no final do mês, a média salarial dos profissionais de uma escola municipal com 40% de alunos pretos, pardos e indígenas é quase R\$ 700 menor do que a de uma com 20%.

A sobreposição de desigualdades salariais não é coincidência. Escolas com maior proporção de alunos pretos, pardos e indígenas estão mais concentradas em bairros com maior vulnerabilidade social.

E o fato de elas, em regra, terem menores médias de vencimentos está ligado a características da progressão da carreira municipal, constata os autores do estudo.

A progressão leva em consideração antiguidade e merecimento e, para os dois critérios, é considerado o tempo de serviço, seja como parâmetro principal ou secundário. Ele conta ainda para a concessão de adicionais como quinquênios e sexta parte.

Dessa forma, professores há mais tempo na rede municipal tendem a ganhar mais. E, além de salários melhores, eles têm prioridade nos concursos de remoção entre uma escola e outra.

Assim, os professores mais antigos e, portanto, mais bem remunerados acabam por se concentrar em áreas mais privilegiadas da cidade.

A prefeitura instituiu nos anos 1990 uma gratificação para o servidor que trabalha em local de difícil acesso, mas ela varia de R\$ 26,75 a R\$ 162,54 para professores, valores considerados pouco atrativos.

O Sinpeem, sindicato da categoria, pleiteia a revisão dos locais de difícil acesso. "A cidade mudou muito desde então, e surgiram escolas em áreas que nem sequer eram ocupadas naquela época", diz Cláudio Fonseca, presidente da entidade.

Em sua avaliação, a preferência de parte dos profissionais por áreas centrais está mais ligada a questões de ocupação urbana, como segurança e transporte, do que educacionais.

Professora do CEU Inácio Monteiro, em Cidade Tiradentes (zona leste), Angélica Hipólito, 41, conta que, há cinco anos, três professores pediram remoção após uma série de roubos de veículos na região.

Mas ela conta que o problema foi resolvido e, docente da escola há 12 anos, ela gosta de

atuar lá. "É uma comunidade escolar tranquila, temos estrutura e é um local de fácil acesso, fácil de chegar da minha casa."

Angélica faz parte de uma geração recente de professores formados em faculdades na própria zona leste, que preferem dar aulas perto de casa.

Simone de Souza Dias, 44, também dá aulas na zona leste. Sua escola, a Emei Rodrigues de Abreu, em Guaianas, é uma exceção na periferia da cidade.

A média salarial dos profissionais que lá atuam é similar à das unidades em áreas centrais da cidade. Um ponto azul em meio a outros vermelhos no mapa da desigualdade salarial.

Ex-aluna da própria escola e educadora ali há 19 anos, Simone encontrou ex-professoras suas quando começou a trabalhar lá e hoje leciona para filhos de ex-alunos.

Além da proximidade da sua casa e de conhecer as famílias dos estudantes, outro fator que conta muito para ela é a estrutura da escola, com parque, quadra e muito espaço para as crianças correrem.

"É o sonho de um professor, qualquer atividade que a gente planeja é possível fazer aqui", diz.

Mas ainda assim ela vê desafios, e o futuro é o principal.

"Aqui atendemos 35 crianças por sala. A gente conhece regiões que conseguem atender 20", diz. "Vejo muitos prédios sendo construídos na região, mas estão esquecendo de construir hospital, posto de saúde e escola para as famílias que virão. Eu vou me aposentar aqui, mas, para as próximas gerações, vai ser difícil."

MENTORIA

O estudo aponta alguns caminhos para fixar por mais tempo profissionais em escolas da periferia.

Uma sugestão é usar o recurso da gratificação para locais de difícil acesso para um adicional mais significativo a ser dado a professores veteranos que possam atuar como mentores dos mais jovens em algumas unidades educacionais.

Outra possibilidade é a adoção de incentivos não financeiros, como reduzir a lotação das salas, assegurar mais segurança e oferecer oportunidades especiais de ascensão na carreira, além de fortalecer o projeto pedagógico.

O trabalho lembra que, em países como Coreia do Sul e Singapura, o professor, uma vez contratado, tem pouca flexibilidade para escolher onde irá trabalhar.

O importante, diz Pedro Marin, coordenador do programa de planejamento e orçamento público da Fundação Tide Setubal, é ter um olhar territorial no planejamento da política educacional. "O orçamento de pessoal é muito importante na educação. Se ele está sendo alocado de maneira regressiva, é muito difícil pensar numa maneira de essa política reduzir desigualdades", diz.

Diretora de Operações da Transparência Brasil, Juliana Sakai aponta a importância da divulgação de dados territorializados para o controle social da política educacional do município.

Em nota, a Secretaria da Educação da gestão Ricardo Nunes (MDB) afirmou apenas que todos os professores que ingressam na rede têm nível superior e cursos de formação no currículo.

A pasta cita a gratificação de difícil acesso e ressalta que "a evolução funcional do professor da rede municipal se dá através de tempo de carreira na rede e apresentação de títulos e não por localidade de ensino".

CPI DA COVID

Rosa cobra Senado sobre quebra de sigilo desconfia de boicote de Pacheco

MÔNICA BERGAMO/FOLHAPRESS

A ministra do STF (Supremo Tribunal Federal) Rosa Weber voltou a cobrar que a CPI da Covid se manifeste em 48 horas sobre o pedido de quebra de sigilo do empresário José Alves Filho, da Vitamedic. A magistrada enviou ofício ao senador Omar Aziz (PSD-AM), que preside a CPI, na quinta-feira passada.

A farmacêutica produz Ivermectina, medicamento sem eficácia comprovada usado no tra-

tamento do novo coronavírus. A Vitamedic disse à CPI que a venda de Ivermectina pela empresa aumentou 1.230% em 2020, chegando a 75,8 milhões de caixas.

Senadores da CPI desconfiam que a advocacia do Senado está protelando responder os despachos e que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), estaria boicotando os trabalhos da CPI.

No dia 16 de junho, a CPI de-

terminou uma série de quebras de sigilos telefônico, telemático, fiscal e bancário de diretores de empresas farmacêuticas. Além da suspeita de favorecimento do governo Bolsonaro a essas empresas, os senadores também querem apurar se os laboratórios financiam entidades e associações médicas que passaram a defender medicamentos sem eficácia para o tratamento da Covid-19.

José Alves Filho recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF). No dia 22 de junho, a mi-

nistra Rosa Weber solicitou informações e pediu à CPI que se manifestasse sobre o recurso, no prazo de 48 horas.

Sem respostas, a magistrada reforçou o pedido, estabelecendo o mesmo prazo, em um despacho de 30 de junho.

A CPI pediu dados de produção e receita de empresas que têm a aval no Brasil para venda de medicamentos do chamado "kit Covid", como hidroxiquinona e ivermectina, além da quebra de sigilo de alguns dirigentes.

ASTRAZENECA

Milhares no Brasil tomaram vacina vencida contra Covid

ESTÉVÃO GAMBA E SABINE RIGHETTI/FOLHAPRESS

Pelo menos 26 mil doses vencidas da vacina AstraZeneca foram aplicadas em diversos postos de saúde do país, o que compromete sua proteção contra a Covid-19. Os dados constam de registros oficiais do Ministério da Saúde e foram tabulados pelo jornal Folha de S.Paulo.

Até o dia 19 de junho, os imunizantes com o prazo de validade expirado haviam sido utilizados

em 1.532 municípios brasileiros.

A campeã no uso de vacinas vencidas é Maringá, reduto eleitoral de Ricardo Barros (PP), líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados. A cidade paranaense vacinou 3.536 pessoas com o produto da AstraZeneca fora da validade (primeira dose em todos os casos).

Depois aparecem Belém (PA), com 2.673, São Paulo (SP), com 996, Nilópolis (RJ), com 852, e Salvador (BA), com 824. As demais cidades aplicaram menos de 700

vacinas vencidas, sendo que a maioria não passou de dez doses.

Além disso, outras 114 mil doses da vacina AstraZeneca que foram distribuídas a estados e municípios dentro do prazo de validade já expiraram. Não está claro se foram descartadas ou se continuam sendo aplicadas.

AstraZeneca é a vacina mais usada no Brasil. Ela responde por 57% das doses aplicadas neste ano. A imensa maioria foi utilizada de acordo com as orientações do fabricante.



Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

O futuro da educação

Com mais de um ano de pandemia e cerca de 400 mil mortos, ainda assim não se tem certeza absoluta das suas consequências para a educação brasileira. O que se sabe é que ela trouxe graves prejuízos, especialmente para a educação pública. Pode-se afirmar que um jovem que naturalmente ascenderia ao 5º ano, hoje não passaria do 3º ano, retroagindo dois anos em matéria de conhecimentos, especialmente no campo da Matemática. Especialistas da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo falam em 11 anos para se efetivar essa recuperação. Vê-se, por aí, que a perda foi significativa.

Não avançamos no que depende da internet. Não houve progressos em tudo o que depende do seu emprego, como acontece com o ensino no interior do país. Estamos diante da realidade do hibridismo, mas não devemos saudá-lo como se fosse a solução milagrosa. Não é!

A crise demonstrou, com toda segurança, a importância do professor em sala de aula. Ele é imprescindível para a correção de rumos, o que se deve fazer também com a colaboração, sempre que possível, dos pais dos alunos. É assim que se arma o processo ensino-aprendizagem, de que nos valem há tantos anos. Estamos nos preparando agora para viver o chamado novo normal, com a preservação necessária dos protocolos sanitários. Não se tem certeza de que estaremos definitivamente livres desse terrível vírus, mesmo depois de tomar as preconizadas duas doses. A cada momento somos assustados com variantes, mesmo em países onde a vacinação correu muito bem, como é o caso da Inglaterra.

Devemos nos preparar para os novos tempos. Quando vemos determinadas autoridades debochar dos protocolos, num lamentável exercício de negacionismo explícito, como aconteceu com o ex-ministro Pazuolo, em Manaus, passeando sem máscara no shopping, o papel da escola cresce de valor, para orientar as novas gerações. Aliás, focalizando também a existência do desmatamento, que virou moda na Amazônia, e que precisa depois de seis a sete anos para recuperar a vegetação destruída na maior floresta tropical do mundo. Tantas demonstrações de incúria e insanidade estão a merecer, no mínimo, protestos dos que amam verdadeiramente este País e querem ver o seu natural crescimento.

BOECHAT DO BAIRRO TRATAMENTO DE RESÍDUOS, COLETA E CONSERVAÇÃO LTDA.

CNPJ/ME Nº 39.118.211/0001-69 - NIRE 33.202.314.151
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Nos termos do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2001, da Cláusula 13, parágrafo 2º, do Contrato Social da Boechat do Bairro Tratamento de Resíduos, Coleta e Conservação Ltda., sociedade limitada com sede na Estrada do Cadungá, lote 436, Núcleo Colonial São Bento, Bairro Recantus, CEP 26.163-700, na cidade de Belford Roxo, Estado do Rio de Janeiro ("Sociedade"), e com base na Instrução Normativa 79 do DREI, ficam os sócios da Sociedade convocados para comparecerem à Reunião de Sócios, a realizar-se de forma semipresencial, na sede da Sociedade e de forma digital, por meio da Plataforma Zoom, no dia 16 de julho de 2021, às 10:00 horas (horário de Brasília), a fim de examinarem, discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) Eleição de novos administradores da Sociedade; (ii) Outorga de procuração para representação da Sociedade, nos termos da Cláusula 9ª, item (v), do Contrato Social da Sociedade, na celebração de contratos de financiamento ou empréstimos a serem contratados pela Sociedade; (iii) Nos termos das Cláusula 9ª, §1º, item (i), do Contrato Social da Sociedade, ratificação da celebração, pela Sociedade, do (a) Contrato de Mútuo, assinado em 02 de maio de 2011 entre a Revita Engenharia S.A., na qualidade de mutuante, e a Sociedade, na qualidade de mutuária ("Primeiro Contrato de Mútuo") e de seus 15 (quinze) aditivos posteriormente celebrados em 01.08.2011, 11.12.2011, 27.04.2012, 02.05.2012, 09.08.2012, 16.01.2013, 15.02.2013, 16.05.2013, 25.06.2013, 14.02.2014, 31.12.2014, 31.07.2015, 29.07.2016, 01.08.2017 e 28.12.2018, respectivamente e do (b) Contrato de Mútuo, assinado em 01 de dezembro de 2019 entre a Revita Engenharia S.A., na qualidade de mutuante, e a Sociedade, na qualidade de mutuária ("Segundo Contrato de Mútuo"); (iv) Nos termos da Cláusula 9ª, §1º, item (i), do Contrato Social da Sociedade, aprovação da celebração, pela Sociedade, do Aditamento ao Segundo Contrato de Mútuo ("Aditivo") a fim de acrescentar ao crédito principal o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); e (v) Autorização aos administradores da Sociedade e ao procurador nomeado nos termos do item (ii) acima para representarem a Sociedade, individual ou conjuntamente, nos termos do Contrato Social da Sociedade, na celebração do Aditivo listado no item (iv) acima, bem como firmar todo e qualquer documento necessário à formalização do referido contrato. Informações Gerais: Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança para participação remota, os sócios da Sociedade que pretenderem participar da Reunião de Sócios por meio da Plataforma Zoom deverão enviar e-mail para avsilva@solvi.com, com antecedência mínima de 48 horas em relação ao horário marcado para o início da Reunião de Sócios, ou seja, até às 10:00 horas (horário de Brasília) do dia 14 de julho de 2021, solicitando suas credenciais de acesso ao sistema eletrônico de participação e votação à distância, e enviando toda a documentação necessária para a representação dos sócios na Reunião de Sócios, caso aplicável, incluindo a apresentação de respectiva procuração, se for o caso, nomeando o procurador que participará da Reunião de Sócios. Excepcionalmente, devido à Covid-19, os sócios deverão enviar a documentação referida acima por meio de cópias digitalizadas, acompanhadas dos documentos de identificação do representante ou mandatário que participará da Reunião de Sócios, ao e-mail acima indicado, com a mesma antecedência acima mencionada. Uma vez recebida a solicitação e verificados os documentos de identificação e representação apresentados, serão enviadas aos sócios as orientações e instruções para o cadastro no sistema eletrônico de participação da Reunião de Sócios, para que então possam comparecer, participar e votar à distância, mediante tal sistema eletrônico. A participação por meio de tal sistema digital conjugará áudio e imagem, sendo que os sócios que desejarem participar desta forma deverão manter as suas câmeras ligadas durante o curso da Reunião de Sócios com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, bem como a segurança, a confiabilidade e a transparência do conclave, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da plataforma disponibilizada. Conforme exigido pela regulamentação aplicável, a Reunião de Sócios será integralmente gravada. As imagens e áudios assim obtidos poderão ser utilizados com a finalidade de identificar os sócios presentes à Reunião de Sócios e computar os votos proferidos em relação a cada uma das deliberações. Rio de Janeiro, 30.06.2021. **Wagner Aparecido Ribeiro** - Administrador Geral e Administrador Operacional

Tels: (21)

3556-3030
96865-1628

DocuSigned by:

AUTENTICO
ASSINADO
Acionista

6BF767B5695F4B6...

CORONAVÍRUS

OMS diz que variante Delta da Covid-19 já está em 98 países

A variante Delta, predominante em Portugal, já está presente em 98 países, anunciou nesta sexta-feira a Organização Mundial da Saúde (OMS), alertando que o mundo está diante de um "período muito perigoso da pandemia" de Covid-19.

"A Delta foi detectada pelo menos em 98 países, propagando-se rapidamente em países com baixa e com alta cobertura de vacinas", disse o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, em entrevista coletiva virtual partir de Genebra.

Segundo ele, o mundo enfrenta atualmente um "período muito perigoso da pandemia", com "cenários terríveis de hospitais superlotados" em países com baixa cobertura de vacinação e com a variante Delta, detectada inicialmente na Índia, a "continuar a mutação", o que requer uma avaliação constante com ajustes na resposta de saúde pública.

O representante da OMS adiantou que pediu aos líderes mundiais para trabalharem em conjunto, no sentido de garantir que, em julho de 2022, 70% da população mundial estejam vacinados contra o SARS-CoV-2.

"Essa é melhor maneira de controlar a pandemia, de salvar vidas e de levar à recuperação econômica global, evitando que as variantes consigam se disseminar", defendeu Tedros Adhanom, reiterando o objetivo de, em setembro deste ano, ter 10% da população do mundo já vacinada, o que permite proteger os trabalhadores da saúde e os grupos mais vulneráveis.

Para incrementar a vacinação global, o líder da OMS adiantou que estão sendo criadas novas instalações de produção em várias partes do mundo, mas que esse objetivo pode ser acelerado com a partilha de conhecimento e de tecnologia por parte das empresas farmacêuticas.

Nesse sentido, Tedros Adhanom disse que desafiou a BioNTech, a Pfizer e a Moderna a partilharem o conhecimento para "poder acelerar o desenvolvimento de novas produções" de vacinas.

Na mesma entrevista, a epidemiologista Maria Van Kerkhove, responsável técnica da resposta da OMS à covid-19, considerou que a organização "não tem uma bola de cristal para fazer previsões" sobre quanto

tempo ainda demorará a pandemia. Lembrou que, neste momento, existem quatro variantes de preocupação - Alpha, Beta, Gama e Delta -, que também estão em circulação em Portugal.

"A trajetória das variantes em cada país depende dos planos que estão sendo implementados", afirmou a especialista, ao destacar a necessidade de manter a vigilância, a testagem, o isolamento dos casos, a quarentena dos contatos e uma boa taxa de vacinação, assim como as medidas de proteção individual.

"Todos esses fatores são parte da equação sobre quando essa pandemia vai acabar". A pandemia de Covid-19 provocou pelo menos 3.957.862 mortes em todo o mundo, resultantes de mais de 182,5 milhões de casos de infecção, segundo balanço recente da agência AFP.

Em Portugal, morreram 17.108 pessoas e foram confirmados 884.442 casos de infecção, de acordo com o boletim mais recente da Direção-Geral da Saúde.

A doença respiratória é provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2, detectado no final de 2019 em Wuhan, cidade do centro da China.

JACAREZINHO

Polícia 'copiou e colou' depoimentos de agentes

As investigações da Polícia Civil sobre as mortes de 27 civis na favela do Jacarezinho, na operação mais letal da história do Rio de Janeiro, se iniciaram com depoimentos padronizados dos policiais envolvidos e foram abertas já considerando como hipótese clara a atuação em legítima defesa.

A prática de unificar testemunhos de agentes de segurança e adotar o confronto como tese inicial é comum em inquéritos de óbitos por intervenção policial no estado. Nesse caso, ela se repetiu até em uma ocorrência em que os próprios policiais declararam não saber como a vítima foi morta.

Os depoimentos sob sigilo, obtidos pela Folha, mostram que, entre os 31 agentes que foram ouvidos como testemunhas, 26 tiveram os trechos iniciais de seus relatos descritos praticamente com as mesmas palavras pela Delegacia de Homicídios (DH) naquele dia 6 de maio, horas após a incursão.

Além disso, em 11 dos 12 inquéritos abertos para apurar o massacre, os delegados formalizaram o início das investigações escrevendo que "as circunstâncias do fato indicam uma hipótese clara de atuação em legítima defesa por parte dos policiais".

No caso de Matheus Gomes dos Santos, 21, por exemplo, que foi achado morto numa cadeira de plástico, o delegado Cassiano dos Santos Conte diz que, "segundo consta dos autos, ele atendeu contra a vida de agentes do Estado, junto com outros elementos, e (praticou) tentativa de homicídio qualificado" contra eles.

Os agentes que registraram a ocorrência, porém, contam apenas que o jovem foi achado ali, baleado e desarmado após um dos confrontos, sem sequer assumirem serem autores dos disparos. Ambos afirmam que o homem "lhe pediu ajuda" e que providenciaram o socorro de imediato, mas Matheus foi fotografado já morto por moradores, com um dedo na boca.

A DH é subordinada ao Departamento Geral de Homicídios e Proteção à Pessoa, cujo diretor, delegado Roberto Cardoso, afirmou horas depois da operação que "não houve execução". Ele apontou o homicídio do policial André Frias, 48, logo no início da ação, como "prova cabal" da legalidade na atuação dos agentes.

O sociólogo Michel Misse, da UFRJ, que já pesquisou investigações do tipo, afirma que a padronização dos testemunhos indica manipulação. "Depoimento não pode ser padronizado. Ele é individual, não há depoimento coletivo. As descrições com as mesmas palavras parecem forjadas. É preciso que o Ministério Público apure", diz.

Segundo ele, os registros costumam ser feitos sem cuidado porque apurações de óbitos por policiais normalmente têm como únicas testemunhas os próprios policiais. É o caso da maioria dos inquéritos do Jacarezinho - apenas alguns deles ouvem parentes dos mortos ou famílias que relataram terem sido feitas reféns por criminosos.

"Como geralmente não há testemunhas, em geral fica por isso mesmo. Do ponto de vista do sistema de Justiça, [deveria ser registrado como] um homicídio. Se foi legítima defesa, vai se apurar depois. Não se pode fazer um registro administrativo para induzir que não foi homicídio", afirma Misse.

Procurada, a Polícia Civil disse que só se pronunciaria sobre as apurações após sua conclusão, "evitando qualquer precipitação".

ESTIAGEM

México sofre com falta d'água; produção agrícola é ameaçada

Uma longa seca que já afetou dois terços do território mexicano parece prestes a piorar nas próximas semanas, com previsões de altas temperaturas, danos às safras e escassez de água, inclusive na populosa capital do país.

Especialistas estão alertando para a possibilidade de que as culturas ressecadas resultem em uma produção menor, após as temperaturas terem atingido 40 graus Celsius em algumas partes do norte do México na quarta-feira passada, incluindo importantes áreas agrícolas.

"Em alguns estados, a irrigação praticamente desapareceu

devido à falta de chuvas", disse Rafael Sanchez Bravo, especialista em águas da Universidade Autônoma de Chapingo, chamando a atenção para os baixos níveis de reservatórios e a menor transferência de água para as fazendas.

A seca do México é semelhante à registrada no oeste dos Estados Unidos (EUA) e do Canadá, onde a produtividade das safras está ameaçada e o racionamento de água foi imposto.

Embora no ano passado as chuvas tenham ficado apenas 3% abaixo da média no México, a pressão sobre as reservas de água foi exacerbada por um au-

mento na demanda doméstica durante a pandemia de covid-19, de acordo com relatório publicado pelo governo dos EUA no mês passado.

Agora, as esperanças de reabastecimento dos reservatórios mexicanos dependem do tradicional período chuvoso do país, conhecido formalmente como as monções norte-americanas, que já está em andamento.

"Os próximos três meses serão realmente cruciais para o resultado desta seca", afirmou Andreas Prein, cientista do Centro Nacional de Pesquisas Atmosféricas de Boulder, no Colorado.

EUA/BRASIL

Covid: mulheres tomaram mais vacinas do que homens

Em países das Américas, como EUA, Brasil e Argentina, as mulheres estão se vacinando mais contra a Covid. Já em algumas partes da África e na Índia, a situação é inversa: mais homens têm sido imunizados.

O papel de cada um nas diferentes sociedades e a valorização de uma figura masculina tradicional em algumas nações ajudam a explicar essas diferenças, que podem atrasar a imunização geral e o fim da pandemia. Os dados de vacinação por sexo foram compilados pelo projeto The Covid-19 Sex-Disaggregated Data Tracker, organizado pela iniciativa Global Health 50/50, cuja base fica no Reino Unido e que busca a igualdade de gênero na saúde, em parceria com outras duas ONGs.

A iniciativa buscou números em 198 países, mas apenas 39 deles detalham a aplicação de vacinas por gênero. De modo geral, a população das nações quase sempre se divide em 50% de homens e 50% de mulheres. Assim, as mulheres estão se imunizando mais nos EUA (elas tomaram 53% das doses já aplicadas), no Brasil (58,5%), na

França (53,8%) e na Nova Zelândia (60,6%).

Para especialistas de saúde pública no Brasil, essa disparidade não é novidade, pois as mulheres tendem a cuidar mais da saúde. "Esse comportamento tem relação com o acesso das mulheres à educação em cada país e a forma como a sociedade as valoriza", avalia Eliseu Waldman, professor do Departamento de Infecção da USP. Em lugares como Gabão e Índia, onde há poucas doses e as mulheres têm menos espaço na sociedade, os homens passaram na frente.

"Elas buscam muito mais informações sobre prevenção. Há uma cultura de que elas são as gestoras de saúde da família, pois cuidam das crianças, dos

avós e dos maridos. Pode parecer machista, mas é uma evidência", diz Isabella Ballalai, vice-presidente da SBIm (Sociedade Brasileira de Imunização). Outra razão para a maior taxa de vacinação é que elas geralmente vivem mais. Nos EUA, a expectativa de vida das mulheres é de 81,2 anos, contra 76,2 dos homens. No Brasil, essa cifra é de 80,1 anos para elas, e de 73,1 para eles. E, nos dois países e em boa parte do Ocidente, os mais velhos foram imunizados antes.

Nos EUA, porém, a imunização está liberada para todos os maiores de 16 anos desde abril, e ainda assim a diferença é grande. No país, cerca de 8 milhões de mulheres se vacinaram a mais do que os homens.

JERICOAÇU ADMINISTRADORA DE BENS PRÓPRIOS EIRELI

CNPJ 15.206.234/0001-67 - NIRE 33600725712

Rerratificação da 7ª Alteração do Contrato Social

Para os fins do Art 1084, §1º, da Lei 10.406/02, a administração da Jericoaçu Adm de Bens Próprios Eireli, com sede no Rio de Janeiro/RJ, na Av. das Américas, inscrita no CNPJ sob o nº 15.206.234/0001-67, informa que, nos termos da Rerratificação da 7ª Alteração de seu Contrato Social da Sociedade de 25/06/2021, que corrigiu material apresentado na 7ª ACS, retifica seu Capital Social para R\$ 3.414.903,00, resultando em uma redução de R\$ 2.565.000,00 do Capital, mediante cancelamento, após o prazo legal, das ações correspondentes de propriedade de sua única sócia Christiane Claude de Larragoiti Lucas (CPF 438.807.387-34).

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodacionista.com.br